

ipea

Instituto de Planejamento Econômico e Social

IPLAN

Instituto de Planejamento

Texto para Discussão

nº 17

Migrações Internas no
Brasil - Tendências e
Perspectivas

George Martí *

Agosto de 1989

Instituto de Planejamento - IPLAN

Texto para Discussão

nº 17

Migrações Internas no
Brasil - Tendências e
Perspectivas

George Martine*

Agosto de 1989

* Coordenador Técnico do Projeto de Planejamento e Avaliação Social - PNUD/OIT/IPLAN.

O Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) é uma fundação vinculada à Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (SEPLAN/PR), composta pelo Instituto de Planejamento (IPLAN), Instituto de Pesquisa (INPES) e Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC).

Ministro do Planejamento:	João Batista de Abreu
Presidente do IPEA:	Ricardo Luis Santiago
Diretor do IPLAN:	Flávio Rabelo Versiani
Diretores-Adjuntos:	Francisco Almeida Biato e Solon Magalhães Vianna

Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento:	José Garcia Gasques
Coordenadoria de Educação e Cultura:	Divonzir Artur Gusso
Coordenadoria de Emprego e Salários:	Ana Amélia Camarano
Coordenadoria de Desenvolvimento Regional:	Clando Yckomizo
Coordenadoria de Desenv. Urbano e Meio Ambiente:	Edgar Bastos de Souza
Coordenadoria de Indústria e Tecnologia:	Michael Wilberg
Coordenadoria de Minas e Energia:	Michael Wilberg (respondendo)
Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico:	Eduardo Felipe Ohana
Coordenadoria de Saúde e Previdência Social:	Maria Emilia R. M. de Azevedo
Coordenadoria do Setor Externo:	Renato Coelho Baumann das Neves
Coordenadoria de Transportes e Comunicações:	

Setor de Documentação:	Norma Stenzel
Setor de Processamento de Dados:	José Adalberto de Paula Ferreira
Assessoria Editorial:	Maria Lúcia Casasanta Bruzzi

Comitê Editorial do IPLAN:

- . Flávio Rabelo Versiani - Presidente
- . Carlos Monteiro Villa Verde
- . Divonzir Artur Gusso
- . Edgar Bastos de Souza
- . Eduardo Felipe Ohana
- . Maria Lúcia Casasanta Bruzzi
- . Solon M. Vianna

Este trabalho é de responsabilidade do(s) autor(es). As opiniões nele contidas não representam necessariamente o ponto de vista do IPLAN, ou da SEPLAN.

Instituto de Planejamento - IPLAN/IPEA
Ed. BNDES, 11º andar, Setor Bancário Sul
70076 - Brasília - DF

**MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL - TENDÊNCIAS
E PERSPECTIVAS**

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	
1. Introdução: Objetivo e Supostos Básicos	5
2. As Migrações Internas, Antes e Depois de 1930	8
3. As Migrações Internas entre 1950 e 1965	11
4. As Migrações Internas de 1965 até hoje	14
5. As Perspectivas da Migração Interna	21
-	
Referência Bibliográfica Adicional	

APRESENTAÇÃO

Esse ensaio é baseado numa série de palestras feitas para não-especialistas, cujo interesse motivou a redação de um texto acessível e informal. Os leitores interessados em discussões mais aprofundadas ou mais rigorosas encontram referência bibliográfica em anexo.

RESUMO

A distribuição espacial da população obedece ao conjunto de decisões tomadas, seja ao nível do poder público, seja ao nível da iniciativa privada, com relação à localização de atividades econômicas e às formas de organização da produção e distribuição de bens e serviços. Esse pressuposto norteia o atual ensaio, que procura situar a questão migratória dentro do contexto mais amplo das grandes mudanças econômicas e sociais que afetaram o País, particularmente no período pós-1930. As migrações centrípetas e centrífugas são analisadas à luz das principais transformações históricas que incidiram mais diretamente nelas. Os períodos utilizados para contextualizar os dois grandes tipos de fluxos migratórios são 1930 a 1950, 1950 a 1965, 1965 a 1980 e 1980 até hoje. Ressalta-se a convergência dos dois tipos de movimentos no período mais recente.

1. INTRODUÇÃO: OBJETIVO E SUPOSTOS BÁSICOS

Neste ensaio, apresentam-se os primeiros contornos de um trabalho que se pretende (algum dia!) desenvolver a respeito das migrações internas dentro de uma perspectiva histórica. Nesse sentido, pretende-se discutir, muito preliminarmente, a relação dos movimentos migratórios com o processo de transformações vivido pelo País durante o último meio-século.

A revisão da literatura existente sobre migrações internas parece sugerir a necessidade desse tipo de enfoque situado a meio caminho entre a quantificação demográfica centrada na análise das informações censitárias e a inferência sociológica ou político-cientista, desprovida de maior afinidade com dados empíricos. Em teoria, todos aparentemente concordam com a afirmação de Singer de que a migração deve ser analisada como processo social, causada por fatores estruturais, e não como mero deslocamento de pessoas entre áreas de "origem" e outras de "destino". Na prática, porém, as informações que permitiriam dimensionar e caracterizar os fluxos migratórios quase sempre se resumem aos dados censitários. Estes, por sua vez, cortam, implacavelmente, as unidades geográficas pré-estabelecidas e imutáveis.

Nesse sentido, procuramos iniciar uma readaptação dos movimentos migratórios a realidades históricas um pouco menos arbitrárias. Para tanto, abrimos mão da apresentação de dados estatísticos, do rigor científico, e mesmo do estilo acadêmico, para poder interpretar mais livremente as principais tendências migratórias observadas durante o último meio-século no Brasil. Supostamente, as "análises" apresentadas aqui estariam baseadas, grosso modo, em vários anos de leitura e experiência de pesquisa mais "séria" sobre o tema. Em anexo, encontra-se uma lista de alguns trabalhos mais convencionais que, se supõe, sustentariam as elucubrações lançadas aqui.

O período de interesse para nossa discussão inicia-se em 1930 e vai até meados da década de 80. Tomando algumas liberda-

des com a história, podemos dividir esse período em três etapas, que servirão como parâmetros para a nossa análise: 1930-1950, 1950-1965 e 1965-1985.

Antes de entrar na discussão dos processos migratórios em cada uma das etapas históricas propostas, é preciso fazer mais uma advertência. O suposto básico (teórico??) norteando essa análise é o seguinte: a movimentação de pessoas no espaço (i. e. - as migrações internas) e a redistribuição espacial da população decorrente dessa movimentação não ocorrem de forma aleatória. Na nossa perspectiva, e na da maioria dos especialistas brasileiros, as migrações e a distribuição da população sobre o espaço são resultantes, em última instância, da forma como se organiza a atividade econômica numa determinada sociedade. Ou seja, a grande maioria das pessoas não se desloca e se realoca sobre o território nacional ao sabor dos ventos, das fantasias ou do gosto pela aventura. Na realidade, pode-se dizer que, na maioria das vezes, a migração nem reflete as decisões espontâneas ou o produto da vontade isolada dos indivíduos que migram.

Nessa ótica, a distribuição espacial da população obedece ao conjunto das decisões que são tomadas, seja ao nível do poder público, seja ao nível da iniciativa privada, com relação à localização de atividades econômicas e às formas de organização da produção e da distribuição. Por que? Antes de tudo, porque a localização de atividades econômicas determina onde haverá disponibilidade de emprego e renda e estes fatores, por sua vez, influenciam o nível e a qualidade de vida das pessoas. De modo geral, as pessoas migram em busca de melhor emprego e renda porque, no sistema capitalista, isso é o que lhes permite melhores condições de vida.

É claro que algumas decisões individuais de migrar não têm, aparentemente, nada com a questão econômica. Assim, as pessoas migram para ter acesso a melhores condições de saúde e educação. Mas, no cômputo geral, é fácil ver que mesmo esses motivos, aparentemente personalizados, acabam tendo um fundo econômico, pois o acesso à saúde e à educação, sem trabalho e

renda, é difícil. Da mesma forma, as pessoas acabam por deslocar-se e concentrar-se naquelas localidades que oferecem melhores condições de sobrevivência ou melhor qualidade de vida. Não é por acaso que São Paulo recebe muito mais gente do que Santa-rém ou Natal. Em resumo, é fácil ver que, em torno de São Paulo, existe uma enorme concentração de atividades econômicas que geram muitos empregos e, portanto, condições de sobrevivência para muitos trabalhadores e suas famílias. Havendo melhores condições de emprego e renda, a infra-estrutura e os serviços básicos aparecem mais facilmente. Estes fatores tendem a atrair a população, que termina se concentrando em localidades cada vez maiores.

O importante em tudo isso é que, se a localização e a forma de organização das atividades econômicas determinam as modalidades da migração, então é preciso analisar quem toma essas decisões que determinam como e onde as pessoas vão morar e trabalhar. Sem querer entrar numa discussão demorada sobre como as decisões a respeito da organização são tomadas numa sociedade capitalista - pois esse não é nosso objetivo - fica claro que o Estado tem um enorme poder, tanto direto como indireto, e um poder cada vez maior, de influenciar como, onde, o que, e para quem se vai produzir. Sendo assim, o Estado tem uma enorme influência sobre a localização das atividades econômicas no espaço. A ação do Estado, por sua vez, é orientada por seu estilo de desenvolvimento. Em última instância, o estilo de desenvolvimento de um país acaba determinando a forma predominante de produção e, portanto, a distribuição espacial da população, assim como a magnitude e as características das correntes principais da migração.

É bom insistir na importância desse pressuposto básico porque, ainda hoje, existem muitas pessoas querendo explicar os movimentos migratórios como decorrência de características individuais ou culturais - vontade de fazer turismo, nomadismo, espírito de aventura, etc. Da mesma forma, pretendem resolver os problemas migratórios na base do atendimento individual ou cultural quando, de fato, a questão é mais estrutural.

Dito isso, passamos a fazer uma revisão das migrações internas dentro de cada um dos períodos que, segundo antecipado anteriormente, constituiriam os pontos de referência da nossa análise.

2. AS MIGRACOES INTERNAS. ANTES E DEPOIS DE 1930

Simplificando a história econômica brasileira, pode-se dizer que, até 1930, a vida econômica do País concentrava-se em determinados pontos e/ou regiões geográficas mais ou menos isolados. Cada um desses pontos teve suas origens num determinado ciclo econômico. Como a história econômica brasileira até o presente século é caracterizada sobretudo pelo surgimento de ciclos de exploração primário-exportadora em torno do açúcar, dos minérios, da borracha, do couro, do café, etc. - e que cada um desses ciclos teve um locus geográfico distinto, então a ocupação do espaço brasileiro foi sendo feita pontualmente. Conseqüentemente, a distribuição da população, até as primeiras décadas desse século, era feita de acordo com as necessidades e as características dos diversos ciclos econômicos. Como esses ciclos eram desarticulados entre si, não havia tentativa de integração das diversas regiões. Como os ciclos eram orientados para as metrópoles - isto é, como a exploração de produtos agrícolas e minérios destinava-se exclusivamente aos mercados europeus - então as rotas de transporte eram voltadas para o exterior. As estradas não ligavam os diversos núcleos de concentração populacional entre si, mas apenas as regiões de produção ou extração com seus respectivos portos de escoamento. As cidades eram pequenas, quase todas localizadas no litoral - à exceção de alguns pontos de apoio a atividades desenvolvidas no interior - e serviam basicamente de entrepostos, através dos quais fluíam pessoas, recursos e produtos.

O resultado é que, até 1930, o Brasil era uma sociedade rural/primária, constituída por ilhas regionais, baseadas em economias primárias, sem articulação entre si, e com poucas

áreas urbanas. Apenas uns 12% da população viviam em cidades, a maior parte localizada no litoral.

Com a quebra da economia mundial resultante do débâcle da Bolsa de Valores dos EUA, em 1929, e de suas repercussões mundiais, a economia brasileira tomou um outro rumo. São extremamente importantes estas mudanças de ênfase que ocorreram a partir de 1930 porque provocaram, pela primeira vez, o desenvolvimento de atividades concentradoras de população.

Os problemas da economia mundial levaram à quebra da hegemonia da burguesia rural centrada em torno da produção de café, afetando particularmente o Estado de São Paulo, onde o ciclo do café, que tinha ascendência na economia nacional durante esse período, se desenvolvia. A quebra dos produtores de café provocou a dispersão de grandes contingentes populacionais. Esse fato é de grande importância para a história migratória brasileira porque dá início a dois tipos de movimentos opostos e simultâneos, que só recentemente começaram a se encontrar. Esses movimentos migratórios contraditórios, iniciados na década de 30, perpetuaram-se durante meio século. O mais importante, porém, é o fato de que começam agora a convergir num só movimento e com repercussões enormes para a própria sociedade.

No período de 1930 a 1950, parte da população expulsa do campo dirigiu-se para as fronteiras internas. Tratava-se de um movimento que pode ser chamado de centrífugo, isto é, que se dirige basicamente para a exploração das áreas interioranas do País. A maior parte desse movimento, na década de 30, ainda se direcionou mais para o oeste de São Paulo e, posteriormente, para o norte e o oeste do Paraná e Santa Catarina. Essa ocupação de áreas novas da Região Sul deu-se com maior intensidade na década de 40, beneficiada pela proximidade dessa região rica aos mercados nacionais. Em síntese, o primeiro tipo de movimento migratório que se originou a partir da desestruturação da economia cafeeira foi um movimento centrífugo, que serviu para interiorizar e ocupar espaços anteriormente vazios em regiões relativamente próximas às áreas de expulsão.

Por outro lado, verificou-se um outro tipo de movimento que podemos chamar de centrípeto, constituído, basicamente, pelo movimento migratório em direção às cidades, que, conforme dissemos anteriormente, ainda eram pequenas nessa época. Essa migração em direção às cidades ocorreu em resposta à conjugação de uma série de fatores. Com a quebra da economia do café, o Brasil carecia de divisas que lhe permitiriam continuar importando os produtos manufaturados vindos das Metrôpoles. A consequente falta desses produtos no mercado local estimulou a atividade industrial nacional, particularmente em torno daqueles centros que haviam sido objeto de expansão durante os ciclos anteriores e que já congregavam um certo tamanho de população. Nessas localidades, iniciou-se um processo de industrialização auto-suficiente ou auto-estimulado. Ou seja, não havia, nessa época, um estímulo explícito do Governo e a industrialização ocorreu simplesmente porque parecia, para alguns empresários, uma atividade mais lucrativa do que a atividade agrícola naquele momento histórico. Iniciou-se, assim, um movimento capitalista de industrialização que, por sua vez, teve o efeito de atrair a população para as cidades. Conseqüentemente, verificou-se, naquele momento, uma conjugação de fatores que se assemelham um pouco àqueles verificados, digamos, durante a Revolução Industrial na Inglaterra, ou nos Estados Unidos a partir da década de 20. Ou seja, ocorreu a primeira expulsão da população do campo, ao mesmo tempo em que eram criadas oportunidades de emprego no setor industrial das cidades. Com o início do processo de industrialização e de urbanização, a sociedade começou a esboçar os primeiros traços de uma sociedade moderna.

Junto com a migração para as cidades, começaram a ser observados os primeiros movimentos sociais que exigiam algum tipo de resposta por parte do Governo. No bojo do processo de urbanização e industrialização incipiente, foram geradas as primeiras tentativas de política social, as primeiras respostas governamentais a uma demanda social espontânea, ainda muito incipiente, mas importante no sentido de que obrigou as elites dominantes a tomar medidas e a formular programas de natureza mais populista.

O crescimento demográfico começou a se acelerar simultaneamente porque puderam ser importadas técnicas internacionais de controle da mortalidade. A mortalidade caiu e o ritmo de crescimento vegetativo da população (diferença entre natalidade e mortalidade) começou a aumentar. Como a mortalidade estava caindo e a natalidade se mantinha mais ou menos estável, a diferença entre as duas tendências aumentava e a população começava a crescer muito mais rapidamente. As cidades, até então, tinham muitas vezes um crescimento vegetativo negativo. Quer dizer, a população não conseguia nem se reproduzir, dados os índices de mortalidade elevados. A mesma coisa havia ocorrido nos países desenvolvidos antes e no início da Revolução Industrial. No Brasil, porém, observava-se, durante esse período, o desenvolvimento de um processo de urbanização que era produzido conjuntamente pela migração e pelo crescimento vegetativo mais acelerado. Isto marcou uma ruptura importante com os padrões demográficos verificados anteriormente nas cidades.

A Segunda Guerra Mundial provocou uma intensificação da atividade industrial, que, por sua vez, serviu para atrair mão-de-obra, pois gerou um volume de empregos urbanos muito maior. A capacidade instalada da indústria nesse momento era relativamente limitada. Então, as fábricas eram obrigadas a fazer dois turnos. Para atrair a mão-de-obra necessária, era preciso pagar melhores salários. A conjugação de todos esses fatores continuou, portanto, a atrair mão-de-obra, que já havia começado a se dirigir para as cidades com a decadência da economia do café.

3. AS MIGRACOES INTERNAS ENTRE 1950 E 1965

Como resultado da conjugação dos vários processos descritos anteriormente, o Brasil já tinha, em 1940, 51 cidades de mais de vinte mil habitantes. Esse número aumentou para 85 em 1950. No período 1950-65, as mesmas tendências aparentemente contraditórias, isto é, dos movimentos centrípetos e centrífugos, continuaram. A fase áurea da expansão da fronteira do Pa-

Paraná se prolongava mas, ao mesmo tempo, a faixa central do País começava a ser ocupada. Na medida em que a ocupação do Paraná não conseguia absorver toda essa população excedente nas diversas partes do País, gerada, em parte, pelo crescimento vegetativo mais acelerado, iniciou-se um movimento de interiorização que se deu basicamente na faixa central do País: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Maranhão. Não é à-toa que essa faixa central foi colonizada depois do Paraná e depois de São Paulo: era uma terra inferior, que foi sendo ocupada em condições menos vantajosas.

Outra característica do período 1950-65 foi, pela primeira vez, a realização de um esforço sistemático de intervenção do Estado na economia. A tese dominante na economia política até esse período era a da divisão internacional do trabalho: aos países desenvolvidos cabia vender produtos industrializados e, aos países em desenvolvimento, cabia fornecer-lhes matéria-prima para depois comprar os produtos industrializados. A CEPAL teve um papel importante no convencimento dos governos da América Latina de que essa divisão de trabalho tradicional era perniciosa, prejudicando sistematicamente os países em desenvolvimento na medida em que ficavam sempre numa situação de dependência frente aos países já industrializados. No Brasil, durante a década de 50, vários governadores foram eleitos sob a bandeira da industrialização. Pregavam a necessidade de terminar com a política de fornecer matéria-prima e de importar produtos acabados dos países desenvolvidos, mediante incentivo à industrialização nacional. O próprio Presidente da República, Juscelino Kubitschek, foi eleito sob a bandeira da industrialização nacional.

Esse período marcou, portanto, uma mudança de concepção do papel do Estado e lançou uma visão um pouco mais moderna do planejamento. Assim, o Brasil se atirou de corpo e alma no processo de industrialização, via substituição de importações. Isto gerou efeitos enormes para esse processo que nós estamos chamando de "centrípeto", isto é, para o processo de urbanização, via criação de um parque industrial. No período 1950-1965,

não havia, ainda, o mesmo ritmo de crescimento do emprego industrial que veio a se verificar posteriormente. Mas o importante é que foram lançadas as bases de um parque industrial nacional.

Essas transformações coincidiram com uma série de eventos que ocorreram simultaneamente e que estão dentro desse mesmo contexto: a tentativa de agilizar o processo de interiorização, a implementação de projetos de colonização em Goiás, a criação da nova capital de Goiás em Goiânia, posteriormente, a fundação da nova capital federal, a construção de estradas a partir do Centro-Sul a Brasília e, mais tarde, entre Brasília e Belém. Todos esses fatores favoreceram a ocupação da faixa central do País.

Iniciava-se, nessa época do pós-guerra, uma nova fase de modernização agrícola. Ainda incipiente e dependente da importação de máquinas e tecnologia, o processo teve, assim mesmo, importantes repercussões, particularmente nas áreas de agricultura mais avançada, como São Paulo e Rio Grande do Sul. A concomitância dessas transformações com uma fase de intenso crescimento demográfico redundou num rápido aumento do êxodo rural, apesar do crescimento acelerado do pessoal ocupado em atividades agrícolas.

Ao mesmo tempo, houve um forte processo de esvaziamento ou de êxodo do Nordeste. O período de maior migração a partir do Nordeste ocorreu na década de 50 e no início da década de 60. Esse movimento de nordestinos favoreceu tanto o movimento centrípeto como o movimento centrífugo, já que os nordestinos se dirigiam tanto para as cidades como para as novas fronteiras. Como sempre, esse êxodo nordestino foi provocado, em parte, pelas secas, mas seu impacto maior foi no Centro-Sul, porque o escoamento de migrantes nordestinos foi facilitado pela abertura de estradas e pelo desenvolvimento dos meios de comunicação. Por que o Nordeste de repente começou a se esvaziar para o Centro-Sul? A seca não era a pior já enfrentada pelo Nordeste. A concentração da propriedade na região sempre havia sido eleva-

da. O êxodo maior dessa época foi o reflexo dos processos anteriormente citados, de crescimento populacional e de modernização, assim como de construção de estradas e de desenvolvimento dos meios de comunicação.

Estas transformações tinham sido essenciais para o processo de industrialização, pois não adiantava industrializar se não se podia escoar a produção, se não havia acesso aos mercados potenciais. Então, o processo de industrialização, concentrado cada vez mais no eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte, precisava de estradas para escoar a produção. A partir disso, as condições do transporte rodoviário tornaram-se melhores, as comunicações com o resto do País se desenvolveram. Grandes levadas nordestinas puderam, então, se dirigir para o Centro-Sul, para as cidades e para as fronteiras em abertura, não somente em razão da seca, mas também das facilidades de expansão e integração do mercado nacional. Finalmente, é importante destacar, também nesse período, a nova mentalidade da elite, a nova visão do papel do Estado, o esforço direto e consciente do Estado de intervir na vida econômica, que repercutiu no fortalecimento das tendências iniciadas anteriormente, tanto em termos de interiorização como de concentração urbana.

4. AS MIGRAÇÕES INTERNAS DE 1965 ATÉ HOJE

A partir de 1965, observamos uma intensificação desses dois movimentos centrífugos e centrípetos que, paradoxalmente, iniciaram um processo de convergência nos últimos anos. Essa convergência tem muito a ver com o que ocorreu no setor agrícola a partir dessa data. Vou mencionar apenas alguns aspectos dessa relação entre o desenvolvimento agrícola recente e as migrações.

O início da década de 60 foi marcado pelo "descobrimiento" de um avanço tecnológico que veio a ser chamado de "Revolução Verde". Basicamente, tratava-se da utilização intensiva de se-

mentes melhoradas, isto é, de sementes de alto rendimento, que podiam ser plantadas em qualquer tipo de ambiente, conquanto houvesse correções químicas do solo e proteções contra os perigos do meio ambiente. A Revolução Verde, assim, foi basicamente a introdução de insumos químicos visando viabilizar e proteger as sementes de alto rendimento. A mecanização permitiu realizar essa introdução de novas técnicas de produção agrícola em maiores unidades de produção. No Brasil, assim que os militares assumiram o poder, procurou-se implantar essa Revolução Verde. É provável que qualquer Governo teria feito exatamente a mesma coisa, pois a Revolução Verde era um fenômeno de atração mundial. Ou seja, a tecnificação fácil e rápida da produção agrícola prometia aos países subdesenvolvidos a possibilidade de saltar toda a lacuna tecnológica que os separava dos países desenvolvidos. Isto lhes permitiria aumentar rapidamente sua produção agrícola e daí equiparar-se aos países já atualmente desenvolvidos. Tais mudanças na agricultura repercutiriam favoravelmente em toda a economia. A partir do momento em que a agricultura pudesse aumentar rapidamente sua produção internacional, ter-se-ia alimentado um ciclo favorável de ascensão da economia como um todo. Isso foi um "negócio" mundial. Praticamente todos os países em desenvolvimento compraram esse pacote tecnológico, constituído pelas sementes de alto rendimento e pelos defensivos, adubos, pesticidas, herbicidas, etc., que as acompanhavam.

Ocorre que no Brasil foram feitas duas revoluções tecnológicas ao mesmo tempo. Houve uma Revolução Verde, como em muitos outros países, mas também houve um fenômeno paralelo que poderíamos chamar de Revolução Mecânica. Se compararmos a mecanização feita no Brasil com a de outros países, por exemplo, os Estados Unidos e Canadá, observaremos que esses países iniciaram seus processos de mecanização já na década de 20. Desde então, a mecanização foi-se aperfeiçoando aos poucos. Portanto, eles desenvolveram uma tecnologia autônoma, baseada num crescente domínio da natureza por meios mecânicos. Esta mecanização da produção agrícola serviu para aumentar a produtividade, mas também provocou uma certa expulsão do campo. Desse modo, pode-

mos observar um certo êxodo rural nas décadas de 20, 30, 40 e 50 nos países do capitalismo central. Observa-se também uma intensificação desse êxodo a partir da Revolução Verde quando as inovações químicas vieram reforçar a Revolução Mecânica; mas, no todo, a emigração do campo ocorreu de forma bastante gradual nesses países porque se estendeu ao longo de quase 50 anos.

No Brasil, as duas transformações, a Mecânica e a Química, aconteceram ao mesmo tempo. É claro que existiam tratores no País já na década de 40 e 50. Mas, se analisarmos as cifras, observaremos que, até 1950, era pouquíssimo o número de tratores disponíveis. Quer dizer, foi somente a partir da implantação do parque industrial que a produção de tratores realmente se multiplicou e que a máquina agrícola se tornou um instrumento acessível ao fazendeiro. Como a mecanização se efetuou de forma abrupta a partir da década de 60, houve, no Brasil, a introdução simultânea da Revolução Mecânica e Química. Seus efeitos foram violentos sobre a estrutura de produção agrícola e se espalharam sobre grande parte do País. É verdade que nem toda a agricultura nacional passou a utilizar essas formas de produção modernas. Mas a utilização maciça de insumos químicos e mecânicos, em algumas regiões, fez com que o preço da terra subisse rapidamente, na expectativa de que o processo modernizante se alastrasse por todo o País. Também os mecanismos e subsídios utilizados pelo Governo para estimular a modernização da produção agrícola terminaram provocando uma corrida à terra por parte de pessoas que só queriam se beneficiar dos juros negativos e da especulação com a terra.

Aqueles contingentes que não tinham terra documentada, que não tinham condições de entrar no mercado financeiro, nem forças para lutar contra os grileiros, foram expulsos do campo. O Estado entrou para, aparentemente, colocar ordem na desordem fundiária. Foram implantadas "Leis da Terra" em vários estados, supostamente para colocar ordem nas disputas mas, de fato, para permitir a "limpeza" daqueles lotes e propriedades que constituíam obstáculos ao "desenvolvimento". Em outras palavras, para legitimar a grilagem.

Por outro lado, o processo de modernização, estimulado pelo crédito subsidiado e por outros mecanismos de controle governamental, tinha a característica de beneficiar a média e grande propriedade, em detrimento do pequeno produtor. Ou seja, independentemente de qualquer outro fator, as necessidades técnicas do pacote tecnológico que estava sendo promulgado exigiam uma escala de produção maior. Era preciso ter um pedaço de terra relativamente grande para que valesse a pena colocar na lavoura tratores, máquinas e insumos químicos.

O resultado dessa conjugação de fatores - especulação e modernização promovido por estímulos governamentais - foi a expulsão de pequenos produtores e lavradores, fossem eles proprietários, posseiros ou arrendatários. Como os pequenos produtores eram justamente aqueles que faziam uso mais intensivo da mão-de-obra no campo, a expulsão dessa categoria significou um êxodo rural sem precedentes na história brasileira. Quase 30 milhões de pessoas saíram do campo para as cidades, só no período de 1960 a 1980. Costumo comentar que isto é o equivalente a quase toda a população da Argentina. Só na década de 70, o campo expulsou um contingente de pessoas (16 milhões) equivalente a toda a população da Austrália. Seja qual for o índice de comparação, o êxodo rural no Brasil tem sido monumental nos últimos anos.

Para onde foram as pessoas expulsas do campo? Para as cidades e, em última instância, para as maiores cidades. Embora os camponeses expulsos do campo não se dirigissem ou não se dirijam necessariamente para as grandes metrópoles, o sentido do crescimento nacional vai nitidamente nessa direção. Basta ver que, na década de 70, o Brasil teve um crescimento total de 25 milhões de pessoas, as dez maiores cidades tiveram um aumento igual a 45% desse crescimento total. Ou seja, o reflexo do campo está terminando nitidamente no sentido "centrípeto", isto é, favorecendo o crescimento de cidades cada vez maiores.

E os movimentos "centrífgos", como foram afetados por todo esse processo de modernização/especulação e êxodo rural? O

que ocorreu com as migrações em direção às fronteiras durante o período pós-1965? Nesse momento histórico, como nas etapas anteriores, as migrações em direção às novas fronteiras agrícolas são inseparáveis do que estava ocorrendo no resto do País; o movimento fronteiriço é apenas o reverso da medalha. Há, porém, uma diferença importante com relação aos períodos anteriores. É que a intervenção mais incisiva do Estado, que se fez sentir nas áreas de agricultura tradicional, também se refletiu na forma de expansão da fronteira durante essa época. Esta influência mais direta se manifestou tanto nas iniciativas de colonização pelo Estado como na reversão das intenções iniciais e na retirada do apoio à colonização através da pequena produção. Isto tudo terminou favorecendo a grande empresa especulativa.

Com base em questões de segurança nacional e com o intuito de reduzir o crescimento de bolsões de tensão social no campo, o Estado lançou o Programa de Integração Nacional em 1970. Como todos sabem, esse programa propunha-se a rasgar milhares de quilômetros de estradas na selva amazônica e estabelecer projetos de colonização nas margens dessas estradas. Logo depois, as dificuldades operacionais no processo de colonização amazônica, junto com a pressão especulativa sobre a terra, conforme dizíamos anteriormente, fez com que o Governo desse meia-volta e passasse a apoiar a ocupação da Amazônia através de grandes empresas.

Assim, as possibilidades de absorver os grandes contingentes de população expulsos pelo binômio modernização/especulação em outras áreas tornaram-se ainda mais reduzidas, devido ao fechamento da fronteira provocado pela política governamental. Sem dúvida alguma, houve o maior intento governamental da história do Brasil em termos de organizar a colonização de áreas novas. Mas, mesmo que não tivesse havido uma mudança radical de postura do Governo, ao abandonar o pequeno produtor para estimular a ocupação amazônica pela grande empresa, a capacidade real de absorver o excedente gerado em outras áreas teria sido mínima. Por um lado, a dimensão do êxodo rural provocado pelo binômio modernização/especulação em áreas tradicionais era mui-

to maior do que a capacidade de absorção amazônica, nas melhores das circunstâncias. Por outro lado, é óbvio que as regiões mais bem dotadas já tinham sido ocupadas primeiro. A Região Amazônica é, de fato, uma região difícil, com problemas naturais de solos, de clima, de salubridade, etc., além de se encontrar muito distante dos mercados e das aglomerações do Centro-Sul. Portanto, a capacidade de absorção e de retenção da Região Amazônica é muito menor e a demanda pela terra é muito maior do que em qualquer momento anterior de desenvolvimento de fronteira.

Voltando ao nosso esquema de movimentos centrípetos versus movimentos centrífugos, torna-se mais fácil entender por que dizíamos estar havendo, no período recente, uma convergência entre os dois. De fato, na medida em que a fronteira deixa de constituir uma alternativa de absorção e retenção de grandes massas de excedentes populacionais, as cidades passam a ser a única alternativa de absorção. Mais ainda, as áreas de fronteira não somente deixaram de ser foco de atração e absorção expressiva, mas passaram também a expulsar gente para as cidades. Se olharmos para os três grandes movimentos fronteiriços (ou "centrífugos") descritos aqui, vamos observar que todos passaram por um processo - que podemos caracterizar de "ciclo" - de atração maciça, de estagnação e de expulsão. Este ciclo está se completando cada vez em menos tempo. Na fronteira paranaense, o ciclo demorou uns 30-35 anos para se completar. O fim da fronteira paranaense foi provocado não somente pelo fim da disponibilidade de terras novas, mas, sobretudo, pelo avanço do processo de modernização. Como resultado, o Paraná passou de maior foco de atração de migrantes (nas décadas de 40 e 50) para maior foco de expulsão (na década de 70).

Na fronteira centro-oeste/faixa central, o ciclo de expansão-estagnação-expulsão durou só uns 20-25 anos, em média, e também foi encurtado pelo binômio modernização-especulação. O surto emigratório provocado nessa região não foi tão intenso quanto o do Paraná, pois o Centro-Oeste era menos densamente povoado mas, de qualquer forma, é surpreendente observar a in-

tensidade de emigração a partir de uma área que, até pouco tempo, era tida como de intensa atração.

Na Região Amazônica, o ciclo de atração-estagnação-expulsão parece não ter condições de durar mais de 10-15 anos. Afetada pelas mesmas forças que expulsaram pequenos produtores de regiões mais prósperas, a Amazônia lida com uma série de problemas adicionais, particulares à região, que inviabilizaram, pelo menos nas condições tecnológicas atuais, a permanência de grandes contingentes populacionais.

Além das regiões de fronteira constituírem soluções cada vez menos eficazes e cada vez menos duradouras, elas estão acabando. Os pequenos produtores expulsos do Paraná podiam dirigir-se à faixa central e à Região Amazônica quando foram expulsos. Mas, onde vão parar aqueles que estão sendo expulsos da Região Amazônica? Praticamente não existem mais áreas de fronteira disponíveis. Portanto, é inevitável que as correntes migratórias que outrora se dirigiam para as fronteiras agrícolas (centrífugas) vão agora passar a engrossar os movimentos centrípetos. Esta é a convergência que faz com que as cidades, tanto em regiões fronteiriças, como em outras áreas, e sobretudo as maiores cidades, passem a crescer a ritmos mais alucinantes. As conseqüências dessa concentração cada vez mais intensa, em cidades cada vez maiores, são imprevisíveis.

Existe muita gente argumentando que, em si mesma, a concentração urbana não constitui problema, pois ela já ocorreu no passado nos países capitalistas atualmente desenvolvidos e acabou beneficiando o próprio desenvolvimento. Tal êxodo rural e concentração urbana seriam, nessa visão, parte inevitável do "desenvolvimento". Em minha perspectiva, essa posição reflete um desconhecimento das grandes diferenças no contexto histórico da modernização agrícola nos países capitalistas já desenvolvidos e em desenvolvimento. Conforme mostrei anteriormente, a Revolução Mecânica ocorreu separadamente da Revolução Verde nos países desenvolvidos e, portanto, o êxodo rural foi mais moderado nesses países, dando tempo para as cidades crescerem de

forma mais ordenada. No Brasil, não somente essas revoluções ocorreram simultaneamente, como ainda ocorreram durante o período de maior crescimento demográfico. Conseqüentemente, apesar de um ritmo muito intenso de êxodo rural, o campo não se esvaziou. Para cada 150 pessoas que migraram para as cidades, mais 100 eram acrescentadas ao campo por simples crescimento natural. De modo que, para o Brasil chegar à mesma proporção da sua população total residindo no campo que os países capitalistas desenvolvidos, teria que haver uma continuação do ritmo alucinante do êxodo rural durante muitos anos ainda.

5. AS_PERSPECTIVAS_DA_MIGRACAO_INTERNA

Em vista da evolução histórica do fenômeno migratório e das atuais tendências, algumas questões centrais se colocam nesse ponto: quais serão as conseqüências para a sociedade se houver a continuação de um êxodo rural dessa dimensão? As cidades terão condições de aguentar um ritmo de crescimento tão ou mais intenso que aquele registrado durante as últimas duas décadas? E se os padrões de urbanização que ocorreram no passado recente (isto é, a maior parte do crescimento urbano se limitando às maiores cidades) persistirem? As grandes metrópoles têm condições de resistir a uma continuação do crescimento na mesma intensidade?

Embora não tenhamos parâmetros para decidir que tamanho de cidade é ideal ou inviável, é certo que a tendência à concentração do crescimento recente merece reflexão. Apenas três cidades (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) tiveram um crescimento equivalente a 28% do crescimento nacional durante a década de 70. Todos os esforços que intentaram modificar essa tendência à concentração e orientar os fluxos para as cidades médias fracassaram visivelmente. Como seria o futuro da nossa sociedade com uma aceleração da concentração existente?

Embora não possamos dizer que esta ou aquela cidade deva parar de crescer, é fácil entender que existem limites à viabi-

lidade da concentração. Passado um determinado ponto, as cidades se tornam desumanas e inadministráveis. O influxo de migrantes pobres, expulsos em massa dos seus habitats rurais, não facilita as coisas, pois a pressão sobre o mercado de trabalho avilta ainda mais o salário de todos os trabalhadores. Por outro lado, não existem mais grandes fronteiras. É claro que com uma política voltada para o pequeno produtor seria possível melhorar a capacidade de absorção dessa categoria. Mas mesmo com toda a propaganda lançada na década de 70, a Região Norte só acrescentou uns 2 milhões de pessoas, o que é equivalente ao que cresceu o Município de São Paulo durante a mesma década. Ou seja, por mais que se queira resolver os problemas do excedente populacional enxotando-o para as áreas de fronteira, as coisas estão acontecendo de forma muito diferente. Mesmo nas próprias áreas de fronteira, o crescimento maior ocorre nas áreas urbanas. Por exemplo, do crescimento total da Amazônia, mais de 70% ocorreram nas áreas urbanas, sendo que a maior parte em meia-dúzia de cidades relativamente grandes. Isto significa que, mesmo nas áreas de fronteira, de características e vocação eminentemente rurais, as pessoas acabam por se aglomerarem nas cidades.

Portanto, não é com uma tentativa de recriar as soluções do passado que se resolvem os problemas atuais. Sem dúvida, a sociedade em construção é nitidamente urbano-industrial. O problema é que o ritmo de êxodo rural provocado pelo binômio modernização/especulação no campo não está dando tempo para que esta sociedade urbano-industrial possa se desenvolver naturalmente. O ritmo de urbanização é que, nas condições atuais, não está permitindo a evolução equilibrada da transferência do locus de atividade econômica. Dizia anteriormente que 45% do crescimento demográfico do País está se dando em apenas 10 cidades. Este fato se torna ainda mais dramático quando se observa a multiplicação do número de cidades. De 51 cidades com população de 20 mil e mais em 1940, o Brasil passou a contar com uma rede de quase 400 cidades em 1980. Apesar dessa multiplicação, a população se concentra cada vez mais em cidades cada vez maiores.

Atualmente, ainda existem mais de 35 milhões de pessoas no campo. É difícil saber, nesse momento, qual o ritmo de crescimento vegetativo dessa população pois a fecundidade vem, de acordo com todos os índices disponíveis, caindo radicalmente. Mas é bem provável que o número de pessoas acrescidas à população do campo a cada ano por conceito de crescimento vegetativo seja equivalente a mais da metade das que emigram para as cidades. Então, para que o Brasil pudesse chegar aos níveis de população rural residente verificados nos países capitalistas centrais, seria necessário a continuação de um forte ritmo de êxodo rural durante muito tempo.

A conjugação das informações sobre a queda da fecundidade com os dados recém-publicados do Censo Agropecuário de 1985 permitem supor que haverá um certo arrefecimento do ritmo do êxodo rural na atual década. Ficou claro que, no período 1980-85, a crise e suas seqüelas em termos da redução de subsídios e de recursos para investimento frearam o ímpeto do binômio modernização/especulação no campo. Com isso, pela primeira vez em 20 anos, voltou a crescer o número de estabelecimentos pequenos. Pôde até ser observada uma ligeira redução no grau de concentração da propriedade agrícola. Ou seja, num momento histórico, em que a crise afetou negativamente a capacidade de absorção e retenção dos mercados de trabalho urbanos, criou-se uma certa folga para o pequeno produtor no campo. Este fato, conjugado à queda abrupta da fecundidade, deve redundar numa diminuição do êxodo rural nesta década. Entretanto, não há razão para crer que isto deva continuar no futuro.

Considerando que tal continuação do êxodo rural seria inviável para a própria sociedade, torna-se necessário encontrar formas de reduzir o ritmo de emigração do campo. Obviamente é preciso encontrar um padrão intermediário de organização da produção agrícola que permita o desenvolvimento de formas tecnologicamente avançadas mas sem impedir a permanência e o progresso dos pequenos produtores. Conforme ficou demonstrado no momento da introdução da Revolução Verde e da Revolução Mecânica, a tecnologia não é isenta nem neutra. Tanto é que o mesmo

pacote teve conseqüências sociais diferentes em diferentes países. Se analisarmos as conseqüências da Revolução Verde na Índia, é provável que possamos concluir que foram bastante positivas. Por que? Simplesmente porque lá a inovação tecnológica foi-se adaptando às necessidades do pequeno produtor.

Aqui também seria possível fazer muito mais a favor dos pequenos produtores e assim reduzir o ritmo de êxodo rural já que a pequena produção é que faz uso mais intensivo da mão-de-obra. Não se trata de obrigar, via controles governamentais, a volta a formas pré-capitalistas de produção. Trata-se de buscar formas que impeçam a especulação, o uso improdutivo da terra, a grilagem e a modernização espúria. Trata-se também de dar aos pequenos produtores pelo menos as mesmas chances que têm sido dadas aos grandes. Esta definição de quem vai ser beneficiado pelos estímulos governamentais reflete uma decisão política e não técnica. É claro que a unidade de autoconsumo tenderá, no futuro, a desaparecer. Mas entre a unidade de autoconsumo e o uso especulativo da terra, não há dúvida de que a primeira tem um efeito social muito mais positivo. No passado, o modelo era de modernização conservadora. A intenção era nitidamente estimular o meio empresarial a apossar-se dos meios de produção agrícola. Tendo em vista as conseqüências nefastas desse modelo sobre os pequenos produtores rurais, sobre a migração, sobre a urbanização e sobre a própria sociedade, o atual processo de redemocratização tem a obrigação de recolocar a questão dos estímulos preferenciais, inclusive por uma questão de sobrevivência.

REFERÊNCIA_BIBLIOGRÁFICA_ADICIONAL

1. Impactos Sociais da Modernização Agrícola, (com Ronaldo C. Garcia). São Paulo, Caetés/Hucitec, 1987. 271p.
2. Migraciones Internas: Investigar Para Que? Notas de Población. Santiago, CELADE, (19): 3-38, abr. 1979.
3. Adaptation of Migrants or Survival of the Fittest? A Brazilian Case. The Journal of Developing Areas, 14 (1): 23-42, oct. 1979.
4. Distribuzione Territoriale, Migrazioni e Concentrazione Urbana. Política Internazionale. Roma, (8-9): 139-49, ago. /set. 1981.
5. Expansão e Retração de Emprego na Fronteira Agrícola. Revista de Economia Política, São Paulo 2 (3): 53-76, jul. /set. 1982.
6. Movilidad Espacial y Movilidad Ocupacional en Brasil: Aspectos Sustantivos y Metodológicos. In: Movilidad Ocupacional y Mercado de Trabajo. Santiago: PREALC, 1983, p. p. 9-34.
7. Crescimento e Distribuição da População Brasileira: Tendências Recentes, (com Lísio Camargo). Revista Brasileira de Estudos Populacionais, 1 (1): 99-144, 1984.
8. O Significado Demográfico da Fronteira Agrícola. Espaço e Debates. São Paulo, (13): 74-83, 1984.
9. Os Dados Censitários Sobre Migrações Internas: Evolução e Utilização. Trabalho apresentado no ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4. Águas de São Pedro, 1984. - Anais. São Paulo, ABEP, 1984. v. 2, pp. 1015-47.

10. Migração. Crise e Outras Agruras, (com outros). Trabalho apresentado no ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4. Águas de São Pedro, 1984. - Anais. São Paulo, ABEP, 1984. v. 3 pp. 1449-76.
11. A Evolução do Emprego no Campo, (com Alfonso Rodríguez Arias). Brasília, 1985. 97p. "Trabalho apresentado no Seminário sobre Impacto Social do Desenvolvimento Tecnológico na Agricultura de São Paulo e Paraná, Brasília, 2-4 set. 1985".
12. As Migrações de Origem Rural Numa Perspectiva Histórica: Algumas Notas. Brasília, 1986. "Trabalho apresentado no ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5. Águas de São Pedro, SP., out. 1986".
13. Migração e Absorção Populacional no Trópico Úmido. Brasília, CEPAL/IPEA, 1987. 33p. "Trabalho apresentado no Seminário sobre Tecnologias para os Assentamentos Humanos no Trópico Úmido. Manaus, abr. 1987".
14. A Produção da ABEP na Área de Migrações Internas" (com Ricardo Neupert). In: BERQUÓ, Elza (org.) - ABEP, Primeira Década: Avanços Lacunas Perspectivas. Belo Horizonte: ABEP, 1988. p. p. 45-68.

PUBLICACOES_DO_IPLAN

O IPLAN publica regularmente os seguintes tipos de trabalho: Notas para Discussão (ND), Textos para Discussão (TD) e Estudos para o Planejamento (EP), bem como informes de Acompanhamento de Políticas Públicas (APP). As Notas para Discussão, os Textos para Discussão e os informes de Acompanhamento foram, até julho de 1988, publicados assistematicamente, quando então passou-se a adotar numeração seriada, contínua.

ND-1-"Energia: Problemas e Perspectivas", José Cechin, Edmir S. Moita e Otávio Franco, agosto, 1988, 18p.

ND-2-"Trigo: Falta Ampliar a Concorrência entre os Moinhos", Ricardo P. Soares, agosto, 1988, 28p.

ND-3-"Transporte de Carga, Planejamento Energético e Desenvolvimento Regional", Miguel El Afioni, agosto, 1988, 13p.

ND-4-"A Desestatização da Comercialização do Trigo: Fator de Concentração Industrial", Eduardo Felipe Ohana, novembro, 1988, 9p.

ND-5-"Comportamento Recente do Capital Estrangeiro - Algumas Considerações Gerais", Renato Baumann, abril, 1989, 24p.

ND-6-"Reflexões sobre o Seminário Internacional: Mudança Tecnológica, Organização do Trabalho e Formas de Gestão IPEA/IPLAN/CENDEC, 3 a 5 de out./1988", Rosa Maria Sales de Melo Soares, maio, 1989, 38p.

TD-1-"O GATT e a Política Comercial Brasileira", Renato Baumann, agosto, 1988, 24p.

TD-2-"A Economia Política da Proteção no Brasil e a Rodada Uruguai", Renato Baumann, setembro, 1988, 22p.

TD-3-"Participação do Menor na Força de Trabalho Brasileira nos Anos Oitenta (Caracterização e Reflexões)", Ricardo Lima e Freda Burger, outubro, 1988, 39p.

TD-4-"Crescimento Urbano e Oferta de Empregos Formais no Nordeste no Período 1970/1980", Edgar Bastos de Souza, outubro, 1988, 40p.

TD-5-"A Quantas Andará a População Brasileira?" Ana Amélia Camarano, Kaizô Beltrão e Ricardo Neupert, fevereiro, 1989, 56p.

TD-6-"Conversão de Dívida Externa em Investimentos: Avaliação do Impacto Monetário Recente e do Efeito sobre os Investimentos", José Nelson Bessa Maia, março, 1989, 42p.

TD-7-"Comportamento de Preços no Setor Automobilístico: Descrição e Análise da Evolução em um Cenário de Aceleração Inflacionária", Eduardo Felipe Ohana, abril, 1989, 26p.

TD-8-"O Capital Estrangeiro: Regulamentação Legal no Brasil e em Outros Países", Sheila Márcia E. S. de Almeida, maio, 1989, 44p.

TD-9-"Uma Análise de Intervenção Aplicada ao INPC", Carlos Henrique Motta Coelho e Moysés Tenenblat, junho, 1989, 30p.

TD-10-"Os Arranjos Domiciliares das Famílias Matrifocais", Ricardo F. Neupert, Selma Maria Gabriel Calheiros e Lenita Maria Turchi, junho, 1989, 26p.

TD-11-"O Acordo Comercial EUA-Canadá e suas Conseqüências para o Brasil", Luis Fernando de Lara Resende, junho, 1989, 50p.

TD-12-"Evolução da População Economicamente Ativa no Brasil até o ano 2010", Ricardo Federico Neupert, Selma Maria Gabriel Calheiros e Mário Lisboa Theodoro, junho, 1989, 62p.

TD-13-"Internal Migration in Brazil", George Martine, Junho, 1989, 36p.

TD-14-"Mudando as Instituições de Treinamento (um estudo de caso de dois centros de treinamento de tecnologia no Brasil)", Raulino Tramontin e Ronald Braga, junho, 1989, 56p.

TD-15-"Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira", George Martine, julho, 1989, 67p.

TD-16-"A Teoria Dual de Mercados de Trabalho e a Determinação de Salários na Indústria de Pernambuco", Ismael Carlos Oliveira, agosto, 1989, 92p.

TD-17-"Migrações Internas no Brasil - Tendências e Perspectivas", George Martine, agosto, 1989, 26p.

APP-1-"Análise de Desempenho do Setor Industrial, Janeiro-Junho de 1988", Coordenadoria de Indústria e Tecnologia, setembro, 1988, 41p.

APP-2-"Indicadores de Conjuntura - Setor Externo", Coordenadoria de Setor Externo, setembro, 1988, 67p.

APP-3-"Acompanhamento do Nível de Emprego e Renda", Coordenadoria de Emprego e Salário, setembro, 1988, 49p.

APP-4-"Educação e Cultura - 1987: Situação e Políticas Governamentais", Coordenadoria de Educação e Cultura, outubro, 1988, 320p.

APP-5-"As Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano em 1987", Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano, novembro, 1988, 62p.

APP-6-"Análise do Desempenho do Setor Industrial. Janeiro-Setembro de 1988", Coordenadoria de Indústria e Tecnologia, dezembro, 1988, 53p.

APP-7-"O Município na Constituição de 1988", Edgar Bastos de Souza, março, 1989, 100p.

APP-8-"Os Transportes Urbanos na Década de 90: Problemas e Perspectivas", Charles Leslie Wright e José Alex Sant'Anna, abril, 1989, 67p.

APP-9-"Análise das Propostas de Lei Agrícola: Anteprojeto do Ministério da Agricultura", Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento, abril, 1989, 9p.

APP-10-"Conjuntura Macroeconômica: Alguns dos Principais Pontos de 1988", Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico, abril, 1989, 42p.

APP-11-"A Conta Social Revisitada - 1980/1987", Coordenadoria de Saúde e Previdência Social, maio, 1989, 22p.

APP-12-"Déficit do Setor Público", Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico, maio, 1989, 22p.

APP-13-"Regionalização das Transações do Setor Público - 1985", Fundação Getúlio Vargas/IBRE/Centro de Estudos Fiscais, junho, 1989, 164p.

APP-14-"As Propostas de Lei Agrícola Estaduais - Uma Análise Crítica", Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento, junho, 1989, 22p.

APP-15-"Demanda y Oferta de Servicios Urbanos en las Ciudades Medianas del Brasil - Proyecto DU-2", Nações Unidas/CEPAL, junho, 1989, 94p.

APP-16-"Avaliação dos Planos e Políticas do Setor Siderúrgico Estatal", Coordenadoria de Indústria e Tecnologia, junho, 1989, 38p.

APP-17-"Mercado de Trabalho em 1988: Ligeira Recuperação dos Níveis de Emprego e de Rendimentos", Coordenadoria de Emprego e Salários, agosto, 1989, 38p.

